V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

13 a 15 de junho de 2018

GT - 4 GÊNERO, TRABALHO E SINDICALISMO

O trabalho da mulher em ambientes informais na produção calçadista no espaço urbano de Birigui/SP

Diego da Luz Rocha
Professor da rede de ensino básico

Angela Zatta
Acadêmica de Administração - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Nilson Cesar Fraga
Pesquisador do CNPq - Universidade Estadual de Londrina

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
GT - 4 GÊNERO, TRABALHO E SINDICALISMO

O trabalho da mulher em ambientes informais na produção calçadista no espaço urbano de Birigui/SP

Diego da Luz Rocha[1]
Angela Zatta[2]
Nilson Cesar Fraga[3]

Resumo: Ao longo do processo da industrialização brasileira no início do século XX, O mesmo venho acompanhado por muitas transformações no campo do trabalho e também na configuração social do país, isso se deu ao forte investimento no setor industrial do Brasil. Com a política de substituição das importações por produtos nacionais, o Brasil tinha como esforço se inserir no mercado de trabalho mundial, procurando ter plantas industriais brasileiras que viesse competir com os produtos externos. Nesse sentido, inúmero incentivos foram dados para implantação de indústrias no país e, a cidade de Birigui/SP não deixou de participar desse cenário econômico, surgindo várias fábricas de calçados em meados do século XX. Nesse contexto, o presente trabalho buscou analisar as transformações ocorridas ao longo do processo de industrialização e expansão do setor calçadista biriguiense, bem como suas interferências no trabalho informal exercido, em muitos casos, por mulheres que deixam de receber o real valor pelo seu trabalho. Com tudo, para a pesquisa ser realizada, a presença nesses lugares de trabalho foi indispensável no sentido de observar a realidade de muitas mulheres biriguienses que estão inseridas no circuito inferior da economia urbana, constatando uma ampla exploração de mão de obra, como a precarização do trabalho em ambientes informais. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender as condições de trabalho das mulheres que pespontam (costuram) o calçado para a grande empresa, que por sua vez, desvalorizam a mão de obra feminina no processo de produção de calçados em Birigui/SP.

Palavras-chaves: Precarização; Trabalho informal; Birigui/SP.

[1] Universidade Estadual de Londrina/Instituto Federal Catarinense Campus Fraiburgo-SC; Professor da rede de ensino básico; rochageologia@gmail.com.
[2] Universidade do Oeste de Santa Catarina; Graduanda em Administração; angela@editoraexito.com.br.
[3] Pesquisador do CNPq/PQ; Geógrafo. Universidade Estadual de Londrina; Doutor em Meio Ambiente; ncfraga@uel.br

Introdução.

No espaço urbano e as relações que o compõem vão de encontro com a divisão social do trabalho, isso quando pretende-se referir alguns setores da produção econômica e suas implicações na sociedade. Mediante tais condições econômica que cada localidade tem, surgem atividades para suprir necessidades do mercado em escala local e nacional/internacional, tendo como objetivo, o baixo custo produtivo com maior lucratividade. Nesse sentido, a produções irá refletir não somente no âmbito econômico, estendendo as consequências para as relações sociais em geral.

Nessa ocasião, trata-se de uma sociedade que utiliza de meios técnicos para transformar o natural em mercadorias, mantendo um ciclo das atividades que movem a economia local e global. A lógica do sistema econômico, consiste, basicamente na produção e comercialização, isso, para perpetuar um ciclo de atividades lucrativas e, ao mesmo tempo, o consumo, transporte, moradia, tudo que envolva a participação do ser humano enquanto elemento dentro de uma lógica mercantilista.

Mas, para que todo esse processo produção/produto seja concretizado, é preciso quantidade significativa de pessoas inseridas em diversas tipos de funções, com salários e ambientes diferentes e, espacialmente distribuídas pelo território. Logo, pode-se afirmar uma divisão do trabalho, que culminará em realidades antagônicas do proletário com a dos proprietários dos meios de produção. Santos (2008) vai pontuar esse cenário enquanto conjunto de fatores no espaço urbano, sendo que:

> A existência de uma massa de pessoas com salários muitos baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 2008, p. 37).

O espaço urbano tem características econômicas, que traz à tona a desproporcionalidade de consumo, acesso aos meios de produção de alta tecnologia e dos resultados, ou seja, o produto final. Santos (2008) ainda observa, mediante a essas condições, dois tipos de circuitos na economia urbana, onde um depende do outro, ou seja, a coexistência é necessária no modo do sistema produtivo, onde:

> Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das

> pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (SANTOS, 2008, p. 38).

Percebe-se uma exclusão de determinada classe social em ter acesso às mercadorias, isso devido pelas condições econômicas que o próprio meio impõe sobre uma parcela social.

A partir do momento que o trabalho tem grande peso na determinação das relações sociais, inicia-se, concomitantemente a transformação do espaço, pelos interesses distantes que Santos (2008) aborda que:

> Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial. Mas não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação, cujo impacto, ao contrário, é muito localizado e encontra uma inércia considerável à sua difusão (SANTOS, 2008, p. 20).

É interessante observar nas palavras de Santos (2008), quando trata sobre os impactos de transformação, afirmando que são poucos os países atingidos por interesses distantes, mas, a partir do momento que determinado setor da economia participa do mercado global, qualquer tipo de oscilação tratará efeitos para sociedade local, obviamente que, dependendo o nível de atuação que o setor tem nos países subdesenvolvidos, que o caso do município de Birigui/SP, exportador de calçados para vários países, participando maciçamente do mercado global.

Desenvolvimento

Para melhor compreender os dois circuitos na economia urbana, Santos (2008) cita algumas características essenciais para diferenciá-los como também para apontar qual camada social beneficia mais de um e de outro, no qual:

> O circuito superior utiliza uma tecnologia importada de alto nível, uma tecnologia "capital intensivo", enquanto no circuito inferior a tecnologia é "trabalho intensivo" e frequentemente local ou localmente adaptada ou recria. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável. As atividades do circuito superior dispõem do crédito bancário. Acontece frequentemente de as grandes firmas criarem e controlarem os bancos, o que é uma maneira de também controlar outras atividades e eventualmente absorvê-las (SANTOS, 2008, p. 41).

É interessante observar uma das características que ambos os circuitos têm, enquanto o superior utiliza capital intensivo, possibilitando melhores condições desde os meios de produção como mão de obra qualificada, necessitando de poucas pessoas envolvidas no

processo produtivo. Contudo, no circuito inferior a operacionalização das atividades, baseiam-se no uso intensivo de força braçal, maior número de pessoas envolvidas em locais, como disse Santos (2008), adaptados. A exigência neste circuito é maior para permanecerem em atividade e garantir trabalho e salário, tendo como fator a contribuir a recriação de produtos.

Observando os meios e as condições econômicas e sociais de trabalho, pode-se discorrer de um discurso que divide socialmente em classes as pessoas dentro do sistema produtivo onde, economicamente quem teve melhor preparo, logo, ocupam funções no circuito superior. Ao contrário disso, Santos (2008) diz que:

> O emprego, no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital [...]. Esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. (SANTOS, 2008, p. 45).

Existem inúmeros condicionantes favoráveis à permanência do trabalhador no circuito inferior, além da forte mobilidade de emprego o conjunto de fatores como: salário, insegurança e direitos trabalhista não estão presentes na realidade de pessoas que buscam estarem inseridas neste circuito. Percebe-se que, nessas condições de trabalho, desenvolve algumas funções que o meio econômico propicia, ou seja, absorve a mão de obra excedente, podendo ser qualificada ou não e, ao mesmo tempo, obriga o(a) trabalhador(a) vender sua força de trabalho por preços baixos.

É nesse sentido que as mulheres que trabalham nos espaços informais na produção de calçado de Birigui/SP entram em cena, pois as condições que as mesmas são inseridas, na grande maioria, é um ambiente precário, sem direito trabalhista nenhum.

São destinadas para essas mulheres, a produção de parte do produto, ou seja, pespontar o calçado em suas casas, nesse caso, na parte de trás da casa, justamente para não serem vistas e por ser um trabalho que deixa de atender as exigências dos órgãos público, sobretudo das condições de funcionamento do local. Cisne (2012) vai abordar muito bem a situação de trabalho precarizado nesse contexto, quando diz que:

> A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão sexual do trabalho confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados (CISNE, 2012, p. 111).

Parte do produção calçadista de Birigui/SP é realizada na grande empresa, por exemplo o corte, logo após, o destino acaba sendo para os espaços informais, tanto o pesponto e, em alguns casos, montagem do calçado, voltando depois para a grande empresa para ser finalizado e vendido. Santos (2008) aborda a questão de lucro marginal as empresas ao adotarem esse processo de produção, em Birigui, esses espaços, que por sua vez, são

precários, sem estruturas suficientes para funcionamento de maquinários, acabam sendo lugares que são ocupadas por mulheres, que trabalham mais de dez horas diárias para conseguir um salário que dê o mínimo de condições para a família sobreviver, visto que o valor por par de calçado costurado varia de R$ 0,50 a R$ 0,70 centavos, que segundo Cisne (2012):

> É necessário perceber que a feminização do trabalho, explicita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com um custo menor; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígios presentes no mundo produtivo (CISNE, 2012, p. 112).

Esses espaços informais, conhecido como banca de calçados, absorve a mão de obra que não conseguiu ser inserida na grande empresa, forçando o aparecimento de bancas ao longo de vários bairros da cidade, ou seja, o próprio sistema produtivo dá condições para a permanência desses espaços, garantindo o lucro marginal das empresas. Ainda Santos (2008), sobre o circuito inferior, pontua:

> A extrema divisão do trabalho no circuito inferior constitui, em si mesma, um elemento multiplicador. Antes de mais nada, ela estimula a utilização produtiva do capital. A frequência das trocas aumenta a rapidez das transações e, por isso mesmo, multiplica a formação dos lucros, qualquer que seja seu volume. De outro lado, a multiplicidade dos atos de comércio age como um acelerador da circulação da moeda. O fracionamento e a descontinuidade das atividades do circuito inferior criam uma multiplicidade de serviços de contato e de articulações, assim como toda uma cadeia de outras atividades. O próprio terciário o setor moderno frequentemente cria seu próprio círculo de serviços de nível inferior (SANTOS, 2008, p. 252-253).

Em Birigui/SP, as grandes indústrias faz com que perpetuem o circuito econômico inferior da produção calçadista, quando parte da produção são destinadas para as bancas de calçados, deixando claro o interesse de baratear parte do processo produtivo ao não contratar na grande empresa e, depois, destinando parte do produto para mulheres em suas casa, claro, com preço bem menor, forçando elas a terem dupla jornada de trabalho e muito mais horas trabalhadas do que se estivem na grande empresa. Neves (2000), destaca que:

> De fato, a utilização da mão de obra feminina no processo de flexibilização e modernização produtiva ocorre por meio de jornadas parciais, contratos por meio tempos determinados, trabalhos em domicílios, utilizando-se, uma vez mais, da qualificação informal adquirida pelas mulheres no trabalho doméstico, mas sem nenhuma forma real de valorização do trabalho feminino. Pelo contrário, elas estão submetidas a condições de trabalho

> precárias e inseguras, marcadas por baixos salários, pela realização de várias tarefas simultâneas e flexíveis, ocasionando intensificação do ritmo do trabalho e perda de direitos legais. Com a reestruturação produtiva, permanecem a discriminação e a exclusão das mulheres no novo modelo de organização produtiva, trazendo várias consequências de sofrimentos não apenas físicos como também psíquicos para as trabalhadoras (NEVES, 2000, p. 182).

Nesse sentido, ao destinar parte da produção à espaços informais (bancas), a grande empresa flexibiliza essa mão de obra pensando nas oscilações do mercado, que, segundo Santos (2008):

> O circuito moderno tende mais a criar a conjuntura do que a adaptar se a ela. Ele o faz com diversas possibilidades de sucesso, pois sempre há uma margem de distorção entre as decisões das grandes firmas e o comportamento do mercado. Ao contrário, o circuito inferior só pode funcionar através de uma adaptação estreita às condições conjunturais. Nisso ele é favorecido pela divisibilidade e a mobilidade tanto da mão de obra como do capital, que permitem aos empresários seguir com mais flexibilidade as variações quantitativas e qualitativas da demanda e, assim, melhorar os rendimentos marginais da empresa (SANTOS, 2008, p. 253).

Esse melhor rendimento que Santos (2008) aborda, é possível apenas pelo rebaixamento da mão de obra feminina no setor calçadista de Birigui/SP, pois, a partir do momento que recebem pouco, exige que elas trabalhem muito mais horas para ganhar um salário digno para sobreviver. Outro ponto importante a ser abordado são os direitos trabalhistas que elas deixam de ter trabalhando nesses espaços informais, pois, qualquer acidente de trabalho ou por outro fator não poder trabalhar, elas não tem como continuar recebendo, como também, não tem décimo terceiro, férias, carteiras assinada e, se não contribuir, deixam de ter o direito de aposentadoria. (MACHADO DA SILVA, 1993).

Segundo Araújo e Amorim (2001), as condições no mundo de trabalho, sobretudo para quem está inserido no circuito inferior, acaba tendo uma realidade bastante cruel, pois o sistema capitalista de produção não quer saber as condições das trabalhadas de fundo de quintal em Birigui/SP, e sim, do barateamento da produção e do ganho marginal das empresas, que, segundo o mesmo:

> Emprega na maioria dos casos como expediente de redução de custos, a terceirização tem imposto aos trabalhadores relações de empregos instáveis, redução de salários e benefícios e condições de trabalho degradadas, que tem como consequência o aumento dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais. Além disso, ela tem levado ao desalojamento de uma parcela dos/as trabalhadores/as para a economia informal, submetendo-os/as a condições precárias de trabalho e excluindo-os/as dos benefícios assegurados por lei e da representação sindical (ARAÚJO E AMORIM, 2001, p. 275).

Percebe-se que, as mulheres que trabalham costurando calçados, deixam de ter uma série de benefícios assegurados por lei e conquistados ao longo de muitos anos mediante a luta de classe, que, aos poucos vem perdendo representatividade ao posso que políticas deixam de priorizar o(a) trabalhador(a) e passam a atender mais o capitalista e suas formas de lucrar mediante a perda de direitos, no caso, das mulheres do setor calçadista de Birigui, que, acabam sendo invisibilizadas em seus domicílios através do trabalho mal remunerado.

Na imagem 1, pode-se ter uma noção do ambiente de trabalho de muitas mulheres que estão inseridas no setor do pesponto (costura) do calçado.

Imagem 1: Mulher pespontando em sua residência em Birigui/SP

Fonte: Diego da Luz Rocha, 2015.

Ao observar a imagem é possível reparar uma série de irregularidade, pois, ao utilizar produtos químicos, como é o caso da cola, é necessário várias adaptações no ambiente de trabalho, como por exemplo: máscaras protetoras (devido ao cheiro muito forte), protetor auricular (devido ao ruído que a máquina faz), são medidas que deveriam ser tomadas e fiscalizadas para a segurança da trabalhadora, e, ao mesmo tempo, isso vem mostrar a precarização do ambiente de trabalho, revelando também, as condições de muitas mulheres que estão inseridas no circuito inferior da economia urbana na cidade de Birigui/SP.

Cisne (2012) vai tratar bem da questão sobre o que o trabalho informal causa na vida das trabalhadoras do setor calçadista de Birigui/SP, ao abordar que:

> A flexibilização se expressa na crescente informalidade, na precarização dos direitos trabalhistas, que hoje configuram as novas expressões da "questão social". Essa flexibilização é também facilitada pela subordinação que historicamente foi imputada às mulheres no mercado de trabalho devido à forma desprestigiada com que suas atividades são vistas ou até mesmo não percebidas como trabalho, justificando os baixos salários, o desprestígios e a falta de necessidade de proteção trabalhista. Dessa forma, há uma

> configuração de vários tipos de exploração no trabalho das mulheres (CISNE, 2012, p. 125).

Lins (2000) afirma que a parte da costura do calçado é de extrema importância no processo de montagem, pois constitui um trabalho utiliza uma máquina e manual, no sentido de direcionar quais as partes a serem costuradas, nesse sentido, acaba sendo um serviço de baixo custo e de péssima remuneração, possibilitando destinar esta parte da produção de calçados para os domicílios.

Portanto, um circuito depende do outro, mas cada qual com suas atividades delimitadas para assegurar o funcionamento do sistema econômico em escala local como nacional e internacional.

Mas, quando remete-se no sistema produtivo e as estruturas/organizações que dão condições para produção de mercadorias os meios de comunicação e transporte, como também a relação homem/meio, logo as técnicas, fixos, fluxos são instrumentos que oferecem meios para formação do espaço geográfico. Segundo Pierre George (1974):

> A influência da técnica sobre o espaço se exerce de duas maneiras em duas escalas diferentes: a ocupação do solo pelas infraestruturas das técnicas modernas (fábricas, minas, carreiras, espaços reservados à circulação) e, de outro lado, as transformações generalizadas impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e de existência (PIERRE GEORGE, 1974, P. 13).

Para (SANTOS, 1978, p. 128) “o espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social o que conhecemos como espaço geográfico”. É notável que ambos autores trabalham como construção do espaço o resultado da produção, mas que antes disso há os meios que conduzem o surgimento de fixos, de objetos e ações, sendo assim, Santos (1978) conclui que o espaço é objeto social com infraestrutura que resulta nas relações sociais.

Dentro dessa temática, (SANTOS, 2008, p. 64) afirma que: “as coisas seriam um dom da natureza e os objetos um resultado do trabalho”. Entretanto, os dois circuitos econômicos que norteiam as ações e os resultados do trabalho exercido, logo, conclui que as técnicas são instrumentos que atuam para o resultado final: os objetos, onde neles estão inseridos a força de trabalho, tempo, tecnologia e infraestrutura, indo de encontro do que Pierre George (1974) escreveu quando diz sobre a influência das técnicas no sentido de transformações no âmbito natural e social atrás do uso das máquinas.

Nesse sentido, pensar na produção calçadista do espaço geográfico e nos processos de como chegou a fase atual são necessários para entender as relações sociais, sobretudo o que dá forma e condições para determinar arranjo espacial com suas funcionalidades. Se o espaço

geográfico é formado por objetos, ações, fixos, fluxos e a interrelação dos mesmos, incluindo a participação do homem como elemento de transformação da natureza, entende-se que outros fatores da ordem política e econômica fazem parte dessa configuração espacial, resultando nas características dos dois circuitos, sendo eles o superior e o inferior como dois fatores dentro de um sistema maior e que, de certa forma, perpetua as condições precárias das trabalhadoras do setor calçadista de Birigui/SP. Santos (2012), vai abordar a configuração do espaço geográfico na tentativa de permanecer a influência do capitalismo sobre o mundo do trabalho, reafirmando a existência/permanência da divisão social do trabalho, sendo que:

> As condições atuais do crescimento capitalista criaram uma forma particular de organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infraestruturas, os instrumentos de produção, os homens – enfim, as forças produtivas – possui até certo ponto um caráter de permanência, isto é, de reprodução ampliada, isso amparado, exatamente, na longevidade de um grande número de investimentos fixos. Tudo, pois, conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e suas distorções (SANTOS, 2012, p. 73).

Nesse sentido é importante abordar o que Cavalcanti (2001) trata sobre a produção do espaço urbano capitalista:

> A produção do espaço urbano capitalista tem uma lógica na necessidade de aglomeração que tem o capital, mas também na necessidade de ocultar contradições sociais. Isso fez com que essa produção resultasse em diferentes lugares, lugares de diferentes classes e diferentes grupos, lugares contraditórios (CAVALCANTI, 2001, p.17).

É interessante a contribuição de Cavalcanti (2001) quando trata da questão que o sistema oculta as contradições que ele mesmo gera na produção do espaço urbano, sobretudo na participação das mulheres na produção de calçados, deixando claro a diferenciação de classes sociais como a reprodução dessas contradições no espaço urbano capitalista.

Esse esforço de ocultar as contradições no espaço urbano faz parte de um sistema maior para atuar na desvalorização, não somente salarial, mas também emocional, como afirma Cisne (2012):

> A não valorização do trabalho faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, não construindo, portanto, a identidade com a sua classe. Isso faz com que algumas mulheres se acomodem, não se organizem e nem participem politicamente das lutas da classe trabalhadora. Deixam também de assumir cargos em associações, sindicatos ou na direção de movimentos sociais, o que contribui diretamente com o capital, pois significa menos pessoas em confronto com este sistema (CISNE, 2012, p. 114).

Considerações finais

É indiscutível que a economia brasileira está globalizada, participando do mercado global com os produtos produzidos no país, alcançando boa parte do mundo nesse sistema capitalista que, com a evolução das técnicas, possibilitou o aumento produtivo e seu deslocamento.

Atender a demanda global por produtos em muitas esferas de consumo, faz necessário abordar as diversas maneiras que tal mercadoria chegou ao seu destino, partindo de como ele foi produzido, ou melhor, de como ele foi pensado em sua produção para reduzir custos e ter mais lucros.

Trazendo essa produção para uma escala mais local, no caso das bancas de calçados de Birigui/SP, é possível averiguar a existência de muitos fatores que norteiam a permanência das mulheres nos espaços informais da produção calçadista, incluindo as políticas trabalhistas que buscam manter cada indivíduo na sua classe social. Neste caso específico, o sistema capitalista de produção ao dividir o espaço urbano em dois circuitos da economia, fica perceptível o esforço de, segundo Santos (2008) obter lucros marginais, que, no caso de Birigui/SP, através das bancas de calçados no fundo de quintal, fazendo com que muitas mulheres se sujeitem às péssimas condições de trabalho impostas por um sistema econômico globalizado e que, paralelamente, é amparado por políticas que precarizam o mundo do trabalho, sobretudo para as mulheres que têm dupla jornada de trabalho com salários desvalorizados.

Nesse sentido, a luta por mudanças no mundo do trabalho, sobretudo, no que se remete na conquista da valorização do trabalho feminino é, sem dúvida, uma luta de classe, de união contra as amarras do capital produtivo, que, por muitas vezes, precariza e desvaloriza o trabalho das mulheres pespontadeiras de Birigui/SP.

Referências

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro e AMORIM, Elaine Regina Aguiar. *Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção***:** um estudo na região de Campinas. Cad. Pagu [online]. 2001.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade- elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). *Geografia da cidade:* a produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.p.11-32.

CISNE, Miria. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.* São Paulo: Outras Expressões, 2012.

GEORGE, Pierre. *A técnica*:construção e desconstrução. Paris: PUF, 1974.

LINS, Hoyêdo Nunes. *Têxteis Catarinenses anos 90.* Atualidade Econômica. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico – Departamento de Ciências Econômicas Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

MACHADO da SILVA, L. *Trabalho informal*: teoria, realidade e atualidade. In: Tempo e presença, no269, ano 15, maio/junho, Cedi, Rio de Janeiro, 1993.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero, *in*: ROCHA, Maria Izabel B. (org.). *Trabalho e Gênero - Mudanças, Permanências e Desafios.* Campinas: ABEP, NEPO/Unicamp e Cedeplar /UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

SANTOS, Milton. *O espaço Dividido*: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem***.** 5. Ed., 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.